



Cartografias do imaginário navegante: reflexões sobre a identidade narrativa diaspórica, o “senso comum mítico” e nosso (des)conhecimento da cultura portuguesa contemporânea¹

Tiago José Lemos Monteiro²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

Este *paper* tem por objetivo mapear os elementos constituintes de um “senso comum mítico” sobre Portugal nas representações da cultura lusa que circulam de forma hegemônica no Brasil. Identifico as evidências da nossa concepção monolítica sobre a cultura portuguesa na recorrência sistemática a determinados temas que se fazem presentes em boa parte das representações consagradas entre nós (como o apelo à tradição, o retorno nostálgico ao passado e a eterna melancolia). Em um segundo momento, problematizo esta concepção ao conceber tais “verdades sobre o caráter nacional português” como discursos socialmente construídos ao longo do tempo, relacionados, em alguma medida às questões de identidade e representação envolvendo a experiência migrante durante os anos do Salazarismo (1933-1974).

PALAVRAS-CHAVE: Relações Brasil-Portugal; música portuguesa; diáspora lusitana; consumo cultural.

1. Introdução

A cara de português não existe porque os Portugueses não têm cara. Têm cara de espelho – histórica e culturalmente vêem-se nas caras de outros povos. Está-nos na cara as pessoas com quem estivemos, os sítios por onde passamos, aquilo que quisemos ser³.

Este *paper* tem por objetivo investigar em que medida a consolidação, no Brasil, de determinados estereótipos sobre a cultura e a música produzidas em Portugal a partir da segunda metade do século XX pode ser relacionada às questões de identidade e representação envolvendo a experiência migrante. Ele se constitui parte integrante da pesquisa de doutoramento intitulada *Ruídos e assimetrias no intercâmbio Brasil-Portugal: consumo musical e identidades juvenis entre a ‘modernidade’ e a ‘tradição’*,

¹ Trabalho apresentado no I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor substituto do Departamento de Expressões e Linguagens da ECO-UFRJ. Email: tjlmonteiro@yahoo.com.br.

³ CARDOSO, Miguel Esteves. O problema da raça. In: *Os meus problemas*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.



que desenvolverei, ao longo dos próximos quatro anos, junto à Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ).

Se há um “senso comum mítico”⁴ sobre a cultura portuguesa (Santos, 2006) na produção musical lusa que circula de forma hegemônica no Brasil, pretendo, acima de tudo, problematizar certas “verdades sobre o caráter nacional português” (como o apelo à tradição, o retorno nostálgico ao passado e a eterna melancolia), reproduzidas sistematicamente em boa parte das canções consagradas entre nós, como discursos socialmente construídos ao longo do tempo que, de alguma forma, materializam as tensões constitutivas do processo de elaboração da narrativa identitária lusa.

Em um primeiro momento, detenho-me nas particularidades dos fluxos migratórios oriundos de Portugal e direcionados ao Brasil, numa perspectiva histórica. Isto será feito com o objetivo de identificar, em seção posterior do artigo, tanto os principais elementos constituintes da narrativa identitária nacional portuguesa quanto suas representações mais frequentes, sobretudo no âmbito da Cultura da Mídia, já que é mediante o uso estratégico do aparato midiático e propagandístico que um regime político como o Estado Novo de Salazar (1933-1974) pôde difundir, em Portugal e pelo mundo, sua doutrina nacional-essencialista, responsável pela consolidação de incontáveis estereótipos sobre os portugueses e sua cultura. Por fim, verifico em que medida tais discursos contribuíram no sentido de formatar um certo imaginário simbólico associado à música portuguesa, no qual as “formas tradicionais” predominam sobre os “quadros de modernidade”.

2. A diáspora lusitana e os *media*: particularidades do fluxo Portugal-Brasil

Em decorrência da recente celebração pelos 200 anos da chegada de D. João VI ao Brasil, Portugal e a cultura portuguesa voltaram a se fazer presentes na nossa mídia, sob

⁴ A concepção de “senso comum” que utilizo ao longo deste artigo é tributária tanto às reflexões do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (que vai pensar o senso comum como uma “forma rigorosa de pensar sem rigor”) quanto ao antropólogo Clifford Geertz (2007), que concebe o senso comum como um sistema cultural, ou seja, um prisma, através do qual certas sociedades irão enxergar e compreender o mundo, a partir de critérios como a não-metodicidade, a leveza, a praticabilidade e uma aparente naturalidade de alguns discursos. A necessidade de combinar os dois conceitos se deve ao fato de a postura de Geertz, tomada isoladamente, poder nos conduzir na direção de uma “naturalização da naturalização” operada pelo discurso do senso comum – sua validade como sistema cultural não pode e nem deve ser sinônimo de algo a ser celebrado ou aceito acriticamente – razão pela qual o argumento utilizado por Boaventura, de que o senso comum também pode funcionar como embotamento da visão crítica, constitui um complemento necessário à hipótese que pretendo sustentar.



as mais variadas formas, durante o segundo semestre de 2007 e o início de 2008⁵. Pouco se menciona, entretanto, que a referida comemoração também celebra o marco inaugural do primeiro fluxo migrante sistemático no sentido Portugal-Brasil. Evidente que a vinda da Corte Portuguesa, no primeiro decênio do século XIX, foi precedida por deslocamentos de cunho exploratório e/ou com finalidade administrativa, entre 1500 e o século XVIII. O que o fluxo de 1808 instaura de forma particular, dada a conjuntura européia daquele período (com o exército de Napoleão às portas de Portugal, por exemplo), é o início da construção de uma certa *idéia de Brasil*, agora pensado não apenas como a colônia distante, mas também como terra de oportunidades, um prolongamento além-mar (e com dimensões continentais) da então metrópole. “Prosperar no Brasil”, sobretudo no desenvolvimento de atividades de comércio, e aproveitando a presença facilitadora da autoridade real, começa a se afirmar como alternativa plausível ao cenário de estagnação econômica e incerteza política que vigorava em Portugal à época.

Se o fluxo de 1808 inaugura os deslocamentos sistemáticos (dando início, também, à convivência regular entre brasileiros e portugueses em uma esfera de atuação comum, o que, conforme veremos mais adiante, é sempre uma fonte de tensões, ainda que não declaradas), é apenas no século XX que a experiência migrante luso-brasileira assume proporções de vulto. De acordo com levantamento efetuado por Rodrigues (2008, p.1), em comparação com os 15 mil portugueses que vieram para o Brasil junto com a Corte de D. João VI, durante a década de 60 o país chegou a registrar uma população de 1,6 milhão de migrantes. Alguns saíram de Portugal em situação de exílio, na condição de opositores do regime autoritário chefiado por António de Oliveira Salazar, mas a grande maioria consistia em pequenos proprietários rurais e comerciantes que se encontravam em situação de penúria já a partir dos anos 50, quando todo o setor primário da economia sofreu as conseqüências de um processo de concentração de

⁵ Cadernos especiais foram veiculados nos jornais de maior circulação do Rio de Janeiro (merecem destaque “A invenção de um país”, encarte veiculado no jornal *O Globo* em 29 de novembro de 2007 e o Caderno Mais Especial da Folha de São Paulo, publicado no dia 25 do mesmo mês). O Centro Cultural Banco do Brasil da capital fluminense sediou uma exposição (*Lusa – a matriz portuguesa*, em cartaz no Rio de Janeiro até o dia 10 de fevereiro de 2008) sobre as matrizes romanas, visigodas e árabes que futuramente constituíram Portugal. O tema freqüentou universos tão díspares quanto o tradicional programa de debates *Roda Viva* da TV Cultura (refiro-me, aqui, à participação do embaixador português no Brasil, Francisco Seixas da Costa, em 17 de setembro de 2007) e o show semanal apresentado por Hebe Camargo no SBT. Também merecem registro o Globo Repórter sobre Portugal apresentado em 7 de setembro do mesmo ano e o programa de turismo *50 por 1*, apresentado por Álvaro Garnero na Rede Record, que elegeu como “experiências inesquecíveis” de uma visita ao país comer queijadas em Sintra, visitar o Museu do Azulejo e andar de elétrico (o nosso bonde) pelas ruas de Lisboa.



capitais e oligopolização que levou pequenos produtores agrícolas a verem a emigração como única saída (Secco, 2004)⁶.

A precariedade dos canais de comunicação entre Portugal e a vasta comunidade lusa residente no Brasil, ou mesmo o controle sobre a mídia exercido pelo regime, inviabilizando que o imaginário simbólico dos migrantes fosse “atualizado” com dados novos, certamente contribuíram no sentido de que este sofresse uma espécie de “congelamento temporal”. No que diz respeito à música, percebe-se que o repertório trazido d’Além-Mar por pais, tios e avós tornou-se sinônimo do que, ainda hoje, concebemos como música portuguesa: o fado de Amália Rodrigues e Carlos do Carmo, as danças folclóricas da região do Minho e das Beiras (Correia, 1984), e os estereótipos da “casa portuguesa, com certeza” perpetuados pelas canções de Roberto Leal, muito populares no Brasil durante os anos 80, e não exclusivamente no seio da comunidade migrante. Em consequência disso,

nas programações (...) onde é difundida a música portuguesa, aparentemente ninguém tem conhecimentos para comentar a música moderna portuguesa, como os Da Waesel, Mind Da Gap, Né Ladeiras, Marta Dias, João Afonso, Ithaka (...). Em 1999 o semanário musical inglês *New Musical Express* escolheu os grupos portugueses *Belle Chase Hotel* e *Cool Hipnoise* como sendo uns dos melhores de Portugal e da Europa. A música Hip Hop Portuguesa, ou até mesmo a música electrónica portuguesa é muito mais importante e de qualidade em Portugal, do que se pensa aqui (Costa, 2007).

Nossa percepção da música portuguesa contemporânea é tão influenciada por esse “senso comum mítico” sedimentado ao longo do tempo que os únicos artistas contemporâneos que possuem algum tipo de repercussão no Brasil (Mariza, Dulce Pontes, o Madredeus) são aqueles que dialogam, em maior ou menor grau, com as matrizes e formatos tradicionais da música lusa. Artistas e bandas vinculados ao universo do pop/rock ou da música eletrônica permanecem, assim, virtualmente desconhecidos em nossas terras (Monteiro, 2008). O que não deixa de ser intrigante, pois se até 1974 tais canais foram mantidos sob o controle do Regime Salazarista, após a Revolução dos Cravos e a abertura política o que se verificou, entretanto, é que a

⁶ Ainda segundo Rodrigues (2008), seria possível identificar outros dois fluxos migratórios significativos no sentido Portugal-Brasil. O primeiro teria ocorrido logo após a Revolução de Abril de 1975, quando a deposição do regime salazarista e a possibilidade de uma guinada política radical para a esquerda instaurou um clima de incerteza que, novamente, levou à migração. Embora a estabilização político-econômica, simbolizada pela entrada de Portugal na União Européia, tenha estimulado deslocamentos no sentido contrário (basta recordar o célebre *imbróglio* envolvendo dentistas brasileiros sendo deportados), é possível identificar a existência de um novo fluxo para o Brasil, motivada pelo processo de privatizações iniciado em 1999 e, desta feita, composto majoritariamente por executivos, empresários e trabalhadores qualificados.



liberação dos mesmos não correspondeu a uma atualização dos conteúdos por eles transmitidos.

Tomemos como exemplo o programa de TV *Seleções portuguesas – o show da malta* exibido todo domingo, próximo à hora do almoço, pela antiga Rede OM (Rio de Janeiro, canal 9), até meados dos anos 90. Embora produzido num contexto posterior ao *boom* do rock português e ao surgimento de diversas bandas emblemáticas daquele período (como o GNR, o Xutos & Pontapés, o UHF e os Heróis do Mar), as pautas do *Seleções portuguesas* dificilmente fugiam do trinômio *culinária típica/ vida nas aldeias/ (neo)nacional-cançonetismo*⁷. Minha hipótese é que isso se deve não apenas ao fato de tais assuntos irem ao encontro dos interesses da comunidade lusa residente no Brasil, mas também por atuarem como reforços de uma certa imagem de Portugal já consagrada, em termos mercadológicos, como destino turístico.

Por tudo o que foi enunciado, é preciso considerar as particularidades e os contextos sociohistóricos de cada experiência migrante, de modo que possamos localizar, no espaço e no tempo, os significados de determinados discursos e práticas. Os fluxos migratórios oriundos de Portugal e direcionados ao Brasil, por exemplo, apresentam uma particularidade fundamental, sobretudo se comparados a outras diásporas como a negra e a judaica, ou mesmo ao deslocamento de portugueses em direção às colônias africanas de Angola e Moçambique. Falta à diáspora lusitana aquilo que nomeio de *elemento trágico*, resultante da escravidão ou da expropriação forçada da terra natal que tanto caracterizam as experiências acima mencionadas (embora muitos portugueses que acorreram para o Brasil também fossem vítimas de um processo de perseguição política). E a despeito de ser território colonial (até 1822), o Brasil sempre desfrutou de um *status* diferente de suas co-irmãs em África – processo de diferenciação este que, em alguma medida, teve seu ápice nos eventos que cercaram a vinda da Família Real Portuguesa em 1808⁸.

⁷ A expressão *nacional-cançonetismo* costuma ser empregada para descrever os artistas cuja produção e execução eram apoiadas e incentivadas pelo regime, nas emissoras de rádio e televisão. Coube ao nacional-cançonetismo ajudar a reproduzir uma série de estereótipos sobre Portugal, entre eles a imagem da “casa portuguesa com certeza”, que se apoiavam na exaltação de banalidades e assim obscureciam a real situação política do país. Após a queda do regime, em abril de 1974, surge o neo-nacional cançonetismo, cujo exemplo mais representativo talvez seja o cantor Roberto Leal. O neo-nacional-cançonetismo atendia a disposições eminentemente mercadológicas, já que a motivação político-ideológica havia se atenuado com o fim do Salazarismo. Muitos destes discos ostentavam em suas capas fotos de monumentos históricos e pontos turísticos portugueses, quando não eram abertamente patrocinados por empresas de aviação que operavam na rota Brasil-Portugal, como a TAP.

⁸ A ausência do supracitado elemento trágico, decorrente da expropriação forçada ou da perseguição étnica/política, é apenas uma das características que possibilitarão a autores como Eduardo Lourenço (1991, p.119-128) negar o caráter diaspórico, na acepção clássica do termo, dos fluxos Portugal-Brasil. Entretanto, e em oposição ao autor, utilizo o



A experiência migrante implica não apenas o deslocamento físico de pessoas (força de trabalho, contingente populacional). O imaginário simbólico e o repertório cultural também atravessam o oceano. Na convivência e na “mistura”, mas também no confronto entre a bagagem do migrante e o imaginário da “nova terra”, constituem-se as identidades diaspóricas de que nos fala Stuart Hall (1990).

De imediato, a singularidade dos fluxos migratórios entre Portugal e Brasil já instaura um traço particular na relação entre o migrante e o nativo. Pelo fato de o ambiente se revelar mais propício para a elaboração de discursos que irão valorizar sobremaneira as semelhanças e continuidades entre os dois países, a relação de poder entre as esferas não é radicalmente assimétrica e nem se dá sob o signo da opressão. Em conseqüência, ocorre que as narrativas identitárias diaspóricas lusas apenas ocasionalmente se viram compelidas a adentrar a arena de “disputa pelo direito de significar” (Bhabha, 1998) onde o discurso da identidade costuma se constituir, a partir do momento em que este se expõe à interferência das outras identidades que também participam da contenda. É apenas mediante este contato-confronto que as identidades se renovam e se transformam, pois a “contaminação” tende a ocorrer numa via de mão dupla. Entocar-se com seu imaginário e suas narrativas, uma vez que parece não haver razão para disputa, tende a ser um primeiro passo no sentido do congelamento das mesmas.

Conforme veremos mais adiante, os efeitos desta falsa harmonia entre as duas nações, no contexto da experiência migrante, foram mais desfavoráveis para o lado português da questão do que pode parecer, à primeira vista. Às vezes, tem-se a impressão de que, no Brasil, “Portugal está em toda a parte”⁹. Por trás dessa realidade, entretanto, e a despeito de qualquer contradição aparente, esconde-se uma espécie particular de invisibilidade, aquela que emerge justamente da onipresença. Pois se, no Brasil, Portugal está em todo lugar, pode-se afirmar que, no final das contas, Portugal também não está em lugar nenhum (Lourenço, 2001, p. 158). Na medida em que deixa de ser percebido como diferença (embora o seja, num nível mais profundo – não defendendo que o convívio entre portugueses e brasileiros seja desprovido de tensões,

conceito de diáspora por considerar, entre outros fatores, que a percepção de Lourenço totaliza a experiência migrante sob uma única chave de leitura, sobrepujando circunstâncias e contextos particulares.

⁹ Observar os nomes das lojas comerciais da cidade do Rio de Janeiro – *Adegão Português, Cabelheiros Póvoa de Varzim, Café e Bar Rio Minho, Padaria Rio-Lisboa* – pode ser um excelente exercício neste sentido.



muito pelo contrário), o discurso da identidade lusa fecha-se ao confronto e se cristaliza¹⁰.

Todas as identidades devem sempre ser pensadas como discursos que se (re)configuram na relação às vezes tensa, às vezes harmônica, nunca neutra, com a idéia de um Outro. O que a experiência migrante instaura de forma particular é a convergência desse(s) Eu(s) e desse(s) Outro(s) para um mesmo território de atuação. Em vez de construída em relação a um Outro distante (no espaço e também no tempo), a identidade diaspórica fragiliza as fronteiras entre essas esferas, que se revelam porosas a múltiplas e recíprocas interferências (Hall, 1990).

Isto não significa, por sua vez, que a experiência migrante, ao expor de maneira tão clara as regras que fundamentam o jogo de construção das identidades, postule a implosão das supracitadas fronteiras. O Eu não se dissolve no Outro, e vice-versa: ao contrário, a sobreposição dos imaginários pode fomentar um desejo reativo de “fechamento semântico” em torno de uma noção primeva de identidade. Tal impulso usualmente se manifesta tanto no retorno, consciente ou inconsciente, ao discurso essencialista de uma “origem comum”¹¹, quanto no apego a uma certa idéia de tradição, concebida não como os diversos modos de articulação de determinadas formas culturais ao longo do tempo, mas sim como sinônimo da persistência “pura e simples” de velhas formas (Hall, 2003).

3. Estereótipo, senso comum e mitificação: problematizando a narrativa identitária lusa

O discurso da identidade portuguesa, como todas as narrativas de identidade nacional, fundamenta-se na criação de um sentimento de comunidade imaginada que é

¹⁰ Para isso, deve-se levar em conta a maneira ambígua segundo a qual o papel da cultura portuguesa na formação da narrativa identitária brasileira foi percebido ao longo dos últimos dois séculos, ora como inoculador do “veneno” responsável por nosso atraso moral e pela ineficiência das nossas instituições administrativas (veja-se a tendência antilusitana de boa parte do modernismo dos anos 20), ora como fornecedor do antídoto contra o racionalismo instrumental e pragmático francês e anglo-saxão que nos habilitaria a conservar “a matriz cultural pré-moderna, intocada pela Reforma e pela Revolução Científica, [preservando] elementos de comunitarismo, de organicidade e de encantamento” (Gomes, 2002, p. 137).

¹¹ O exemplo a seguir nos permite compreender a pertinência destas questões num contexto contemporâneo. Em abril de 2007, Rita Vaz, líder da Juventude Nacionalista portuguesa concedeu uma entrevista ao jornal Público, na qual reforçava sua postura hostil em relação ao contingente cada vez mais numeroso de migrantes luso-descendentes e oriundos das ex-colônias africanas que utilizam a requisição de cidadania portuguesa como chave de acesso às benesses da União Européia. Reforçando uma concepção essencialista que é bastante favorável ao seu argumento, a jovem defende que “um Portugal ideal é um Portugal de portugueses” e que um português não é alguém que tem um bilhete de identidade (...), é alguém que tem uma história, tradições, cultura, conhecimento”. A nacionalidade “é dada pelo sangue, não é uma questão territorial” (Sanchez, 2007, p. 6).



próprio da modernidade. Conforme sinaliza Anderson (1989), o discurso nacionalista atua no sentido de planificar as diferenças (étnicas, sociais e culturais) que compõem determinado território, de modo que cada indivíduo possa se identificar com uma idéia de origem comum e, assim, sentir-se próximo daqueles com os quais compartilha essa origem, embora jamais interaja face-a-face com todos eles.

No caso português, a idéia totalizante de um “lusitanismo” já começa a ser delineada num contexto pré-moderno, a partir do reinado de Afonso Henriques (1128-1185), durante o qual ocorreu a unificação do Norte e do Sul sob a bandeira do Reino de Portugal e Algarve, simbolizada pela reconquista de várias cidades estratégicas que estavam ocupadas pelos Mouros (como Lisboa, em 1147). Não por coincidência, é durante os séculos XI e XII – compreendendo, portanto, o reinado de Afonso Henriques – que o português se afirma como idioma oficial da nação recém-unificada, quando os exércitos cristão cruzam os rios Mondego e Tejo em direção às “terras infiéis” do Algarve, e o idioma galaico (do Norte) entra em contato com o lusitano-moçárabe do Sul (Oliveira Marques, 1973).

Foi o início da expansão ultramarina, em finais do século XIV, entretanto, que dotou a narrativa identitária portuguesa, seus heróis e mitos fundadores, sua memória histórica fixada e perpetuada de acordo com a lógica do poder hegemônico, de um projeto de futuro (Velho, 1994). *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, consistiriam no registro epopéico – portanto, situado na esfera da representação – mais significativo desta relação entre memória e projeto nacional português (Cunha, 2002; Lourenço, 1991).

Identidade e representação caminham juntas, o que não significa que caminhem lado a lado. Sendo aquela uma arena de disputas pelo direito de significar e a segunda uma instância que materializa as dinâmicas constitutivas da primeira, e concebendo ambas como um processo discursivo, pode acontecer que identidades fluidas e cambiantes sejam fixadas por sistemas de representação estáticos, pautados por essencialismos e mediados pelo discurso do senso comum.

Formulo como hipótese de pesquisa que os elementos-chave constituintes do discurso identitário luso, até hoje, derivam em maior ou menor grau das circunstâncias sociohistóricas relacionadas ao período das Grandes Navegações e da expansão ultramarina. A idéia de que Portugal é uma nação de migrantes, de que o português tanto mais se realiza quanto mais distante se encontra da Pátria (e quanto mais saudade



sente desta), entre tantas outras máximas da ordem do senso comum, encontram alguma correspondência, ainda que tênue, em certos personagens que se configuram por ocasião dos Descobrimientos.

Por um lado, a figura do Navegante consagra a imagem do português viril, desbravador e destemido que, durante o ciclo do ouro e dos diamantes em pleno século XVIII, participou do êxodo em massa que atravessou o Atlântico e desaguou no Brasil. Simultaneamente, instaura a experiência do desterro, da distância em relação à terra natal, como *característica essencial* do espírito luso, bem como sua outra face, materializada na saudade e na melancolia daquelas que ficam à espera (a personagem que aguarda é quase sempre do sexo feminino).

O historiador Jaime Cortesão (1942), por exemplo, sustenta a tese de que

em Portugal, pequeno país cujos homens erravam pelo mundo nas aventuras da guerra ou das empresas, sempre sobraram mulheres, desejosas e saudosas, e delas principalmente derivou a poesia popular que o pudor do sexo resguardou na delicadeza do sentimento. (...) A maior percentagem de mulheres numa população desvirilizada pela busca do Eldorado, de mulheres separadas dos noivos reais ou possíveis, teria criado o ambiente específico de eclosão duma poesia caracterizada pela saudade ardente, o anseio platônico, um gosto predominante de tristeza e insatisfação amarga (Cortesão, 1942; pp. 32-40)

De acordo com o autor, o pertencimento a determinado gênero (masculino ou feminino) automaticamente vincularia a produção do artista a um dado universo de temas e abordagens. Mais adiante, conclui:

assim como o Portugal feminino do século XVIII criou (...) a poesia popular, na sua atual cristalização saudosista, assim o Brasil fortemente masculinizado, nessa mesma época, pelo afluxo dos varões lusitanos, criou a outra expressão, a varonil, do povo português. (...) No caso da poesia metropolitana, de caráter feminino, a saudade, que dá-lhe o acento de lirismo místico, projeta-se sobre o Brasil, país ideal do amor ausente; no teatro bailado brasileiro, a mesma saudade, agora sentimento viril e criador, evoca e idealiza a pátria de origem (Cortesão, 1942; pp. 48-49).

Se, por um lado, o argumento de Cortesão não deixa de carregar um forte vestígio essencialista, por outro ele vai adquirir um sentido de *quase* verdade diante de algumas evidências apontadas pelo autor nas páginas que se seguem. Não é à toa que se tornou uma espécie de senso comum afirmar que a palavra saudade é exclusiva da língua portuguesa, embora a idéia de saudade decerto se faça presente no imaginário simbólico



de outras culturas¹². Nem que o fado, em virtude de sua melancolia, seja a “música portuguesa por excelência”, embora poucos levem em consideração a evidência histórica segundo a qual o fado seria, originalmente, uma dança performatizada pelos escravos negros brasileiros, apenas posteriormente apropriada pelas elites portuguesas (Tinhorão, 2006).

Um outro acontecimento diretamente vinculado à expansão ultramarina e cujos efeitos até hoje transbordam em diversas representações da identidade lusa é a derrota do Exército Português na batalha marroquina de Alcácer-Quibir, em 1578, e o posterior desaparecimento do rei D. Sebastião. Jovem monarca de personalidade complexa, na qual conviviam impulsos megalômanos e arroubos de fragilidade, e cujo corpo jamais foi encontrado, seu desaparecimento deu início a uma longa espera de tons messiânicos pelo retorno do rei, pontuada pelo surgimento de incontáveis impostores e alimentando, com o passar do tempo, uma aura mítica em torno da figura do Desejado – espécie de símbolo de um passado glorioso, anunciando um futuro pleno de realizações que, no entanto, jamais se concretizaram (Hermann, 1998).

O Sebastianismo e o espírito desbravador associado às Grandes Navegações são apenas duas das muitas faces constitutivas do discurso identitário luso. Tomadas em conjunto, nos permitem compreender porque a idéia de partida, o impulso de deixar a terra natal à procura de melhores oportunidades e, por outro lado, a esperança do regresso, entranharam-se de tal forma na narrativa a partir da qual os portugueses contam sua própria história e representam a si próprios.

A natureza socialmente construída destes discursos, entretanto, pode ser negada ou simplesmente obscurecida em determinados contextos, quando se torna mais conveniente atribuir tais características não a um processo histórico dinâmico, mas sim a uma essência natural, atemporal e, por isso mesmo, imune a questionamentos, de um certo lusitanismo. Pois o apego nostálgico a um passado de glórias, segundo tais perspectivas, encontraria correspondência em uma suposta *realidade empírica* que vai além da figura mítica de D. Sebastião ou dos navegadores de 1500.

Portugal é um país de reduzidas dimensões territoriais, eminentemente agrário, registrando taxas consideráveis de analfabetismo da população adulta (sobretudo nas

¹² Basta tomarmos como exemplo os versos da trova popular “Laurindinha” (gravada, inclusive, pela neo-fadista Dulce Pontes em seu álbum *Lágrimas*, de 1993), para que nosso impulso relativista se veja tomado por uma súbita hesitação, tamanha a força do discurso do senso comum, sobretudo quando legitimado por uma fonte científica como a representada pelas reflexões de Cortesão: “Ó laurindinha/Vem à janela/Ver o teu amor/Ai ai ai que ele vai para a guerra/Se ele vai para a guerra/Deixai-o ir/Ele é rapaz novo/Ai ai ai ele torna a vir”



aldeias do interior, onde os idosos predominam sobre os jovens) e que passou boa parte de sua história política submetido ou a regimes monárquicos de fundo conservador e clerical ou a experiências republicanas autoritárias e ditatoriais. Ainda assim (ou talvez por causa disso), foi capaz de estruturar um vasto império ultramarino, ocupando pontos estratégicos nos quatro cantos do Globo.

Não tenho a pretensão de entrar nos (de)méritos da administração imperial, que durante séculos sustentou a máquina colonial às custas de um volumoso endividamento externo (notadamente em relação à Inglaterra) incapaz de desenvolver o país internamente, ou mesmo de estratégias de exploração equivocadas (aqui pensemos no regime de *plantation*) que, antes mesmo da virada do século XVII, já haviam esgotado o potencial das colônias (Oliveira Marques, 1973). O fato é que não durou muito tempo (se é que alguma vez ela se configurou de fato) a hegemonia mundial do império português. E, no entanto, parece-me que é justamente em virtude de sua improvável vocação para a hegemonia que as conquistas de Portugal no plano geopolítico entre os séculos XV e XVII adquiriram um vulto tão grande, a ponto de serem interpeladas até hoje, no contexto das relações de poder assimétricas que envolvem a participação de Portugal na União Européia, na condição de elemento-chave para a compreensão do “caráter nacional português”.

É imbuído por este espírito que um antropólogo como Jorge Dias (1971 *apud* Santos, 2006, p. 59-60) vai definir a “personalidade de base” dos portugueses a partir de características tão *essencialmente lusas* quanto o ato de respirar, tais como as virtudes da abnegação e do sacrifício, uma “enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, idéias e seres”, “um vivo sentido da natureza, (...) um fundo poético e contemplativo” e, por fim, o fato de o português “colocar o coração acima de todas as coisas”. De forma análoga, o filósofo e ensaísta Eduardo Lourenço vai pensar a relação Portugal e Brasil e as “miragens da Lusofonia” nos termos do “sonho falso de um único sonhador”. Por jamais ter assumido de fato seu papel de Metrópole contra a qual a Colônia se rebelaria, Portugal também acabou por não se configurar como o “Pai” que o Filho-Brasil deveria, simbolicamente, “matar” para adquirir sua independência – razão pela qual o primeiro tenderia a supervalorizar o rebento distante, enquanto este apenas retribuiria tanto afeto com a mais solene indiferença (Lourenço, 2001, p. 156-161). Ao deslocarem para a esfera da psicanálise questões que mereciam uma abordagem política, econômica e



social, portanto, tanto Dias quanto Lourenço atuam no sentido de reforçar os mitos que, em sua condição de cientistas sociais, deveriam se esforçar por desconstruir.

4. A fossilização do imaginário: o Estado Novo Salazarista e o “senso comum mítico”

O fato de os discursos relacionados na seção anterior terem se revestido de um caráter de verdade a-histórica (ou trans-histórica), no mais das vezes legitimada academicamente, também nos ajuda a compreender o papel estratégico que eles desempenharam no projeto autoritário-nacionalista empreendido pelo líder do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, durante a vigência do Estado Novo, entre as décadas de 30 e 70. Em sintonia com outros fascismos europeus no que diz respeito ao apelo sistemático a um passado de glórias no qual repousariam as evidências incontestáveis de um futuro grandioso, o discurso oficial do Estado Novo consistia, em linhas gerais, na exaltação de todos os valores que fossem percebidos como características singulares do povo português, pensado como totalidade uniforme.

A figura do “camponês esteta” (Alves, 2007), tão exaltada pelos concursos e exposições organizados pelo Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (criado em 1933 e dirigido durante dezesseis anos pelo Ministro António Ferro), encontra correspondência tanto no surto folclorista identificado por Burke (1989) na Europa de finais do século XIX quanto no conceito de populismo estatizante que Canclini (1997) utiliza para compreender a relação entre cultura popular e formas de governo na América Latina. Do primeiro, conserva a tendência a se considerarem mais “puras e autênticas” as manifestações culturais oriundas do meio rural, justamente por serem toscas, mal acabadas e, por conseguinte, mais capazes de articular sentimentos originais da Nação, imunes à influência de discursos transnacionais como o Iluminismo. Do segundo, por sua vez, retém a idéia de que

a sabedoria e a criatividade populares são encenadas como parte da reserva histórica da nação frente aos novos desafios. (...) Os valores tradicionais do povo, assumidos e representados pelo Estado, ou por um líder carismático, legitimam a ordem que estes últimos administram e dão aos setores populares a confiança de que participam de um sistema que os inclui e os reconhece (Canclini, 1997, p. 264).



Deduz-se, portanto, que o projeto desenvolvimentista de Salazar convivia com a defesa de uma concepção engessada de tradição, segundo a qual residiria na imutabilidade de certas formas culturais o caráter singularizador de uma identidade nacional forte. As motivações por trás desta estratégia são evidentes: é mais fácil manter sob controle uma cultura fossilizada do que uma em constante transformação, capaz de se articular em torno de discursos e práticas contra-hegemônicas. Não por acaso, tanto a política cultural interna do Estado Novo quanto a externa, centralizada em torno do SNI, concentraram-se na defesa de uma suposta autenticidade da cultura das aldeias, do folclore do interior (da região das Beiras, do Minho, do Alto Douro e do Alentejo, de forma precípua) sobre a cultura “contaminada” da classe média urbana.

A apropriação empreendida pelo regime, entretanto, solapava os processos sociais, históricos e simbólicos que deram origem a estas formas, retendo apenas os elementos pitorescos desse “Portugal profundo” mitificado que, longe de evidenciarem o seu caráter mutável, acabavam por consolidar seu fabuloso anacronismo, criando, assim, um

perfil idílico da nação, (...) encenador do mundo campestre das aldeias, inventor de ranchos folclóricos e de galos de Barcelos. Ao longo dos anos 30 e 40, [o SNI] organizou várias exposições de arte popular, promoveu o concurso da aldeia mais portuguesa, editou livros de temática etnográfica, lançou espetáculos e palestras com dança e música populares, tentou estabelecer um estilo decorativo contemporâneo inspirado nos motivos rústicos, [e] criou os bailados Verde-Gaio, companhia de dança marcada por um repertório de cariz folclórico (Alves, 2007, p.1).

Também não é coincidência que nossa concepção de música portuguesa, em pleno século XXI, ainda pareça refém destas mesmas formas tradicionais da cultura lusa, tais como cantigas populares e danças folclóricas, divulgadas ostensivamente pelo salazarismo. Foi durante o período do Estado Novo que o fluxo migratório português mais expressivo chegou ao Brasil e a quase totalidade dos migrantes provinham justamente das Beiras, do Alto Douro e do Minho, regiões onde estavam enraizadas as matrizes simbólicas que orientavam a política cultural do salazarismo.

Há que se destacar, no entanto, que as estratégias folcloristas empreendidas pelo SNI de António Ferro não eram direcionadas eminentemente para as classes populares, “produtoras” das formas que o regime apropriava, mas sim às classes médias e camadas mais altas da sociedade portuguesa (base de sustentação do salazarismo), e também ao



público estrangeiro, seja ele migrante ou turista¹³, reforçando a idéia de que toda identidade nacional depende sobremaneira de sua legitimação por outras “comunidades imaginadas” para se afirmar enquanto tal (Alves, 2007). Com esta ressalva, espero contornar eventuais perspectivas críticas que tendem a conceber as classes populares como meros receptáculos ignóbeis dos discursos hegemônicos, incapazes de negociar sentidos ou mesmo de subvertê-los criativamente – o que facilmente derivaria para um discurso que atribuiria aos migrantes (humildes, de escolaridade quase nula, que se puseram a abrir padarias e casas de comércio pelo Brasil afora durante as décadas de 50 e 60) a culpa pelos estereótipos sobre Portugal que ainda hoje conservamos e reproduzimos.

O caráter conservador do projeto salazarista reside não apenas no fato de ter se apoiado numa concepção essencialista de identidade, mas por fazê-lo mediante a valoração positiva de elementos arcaizantes que, em última instância, sob o pretexto de glorificar aquilo que diferenciava Portugal das demais nações, acabava por tecer loas ao atraso português em relação ao restante da Europa. É como se, por força do discurso oficial, traços bastante questionáveis enquanto valor cultural (como a figura do português “pobre, mas honrado”, resultado das taxas de analfabetismo, da estagnação econômica do interior e da presença da religião como instância de autoridade) subitamente assumissem uma conotação positiva, posto que “exclusiva” da identidade lusa. O nacional-cançonestismo e o fado, por razões já mencionadas na seção anterior, desempenharam um papel estratégico nesse contexto, razão pela qual uma artista como Amália Rodrigues foi, durante muito tempo, vista com reservas pela juventude de esquerda (Correia, 1984)¹⁴.

É preciso tomar cuidado, entretanto, para não cair em sistemas de oposição binários que situam, de um lado, “formas culturais populares” genuínas e puras, autênticas peças de resistência contra a cultura mediatizada das cidades, e do outro a

¹³ É nesta época que surgem, por exemplo, as Pousadas de Portugal, “pequenos estabelecimentos hoteleiros onde o conforto moderno surgia a par da decoração inspirada nos motivos populares; sítios que fariam guerra a uma decoração passadista e sem identidade própria, composta de naperons, reposteiros pesados, colunas e solitários, substituindo-a por bonecos de barro e olarias regionais” (Alves, 2007, p. 6). Um exemplo de Pousada ainda em funcionamento pode ser encontrada nas imediações do Castelo de São Jorge, em Lisboa.

¹⁴ No cenário musical do decênio 1965-1975, opunham-se à perspectiva nacional-cançonetista artistas como José Afonso, José Mário Branco, Sergio Godinho, dentre outros, que compunham o movimento dos Cantautores ou Trovadores. Estes, por sua vez, se apropriavam de elementos da música tradicional portuguesa e das canções regionais e transformavam tais peças em “armas pacíficas e politicamente engajadas contra a opressão do regime” ao envolverem-nas numa roupagem urbana (Correia, 1984). Influenciados, sobretudo, pela canção de protesto brasileira e latino-americana, os cantautores foram, durante muito tempo, acusados de produzir um “folclore de elite” destinado ao público universitário. No Brasil, tais artistas são praticamente desconhecidos, em parte porque a Revolução dos Cravos, que liberou a circulação dessas canções e ampliou o alcance das mesmas, ocorreu na mesma época em que nosso país vivia o período mais repressor de sua ditadura.



apropriação corrompida destas mesmas formas efetuada pelo salazarismo, essencialmente danosa. As relações entre ambas as esferas se revelam bem mais complexas, na medida em que é impossível demarcar fronteiras nítidas entre o momento em que uma chula ou um Fado se encontravam intocados numa determinada aldeia ou numa casa da Alfama, e o instante em que esta mesma chula ou este mesmo fado são registrados em disco e distribuídos massivamente¹⁵.

5. Considerações finais

Há algo de paradoxal na percepção que o mundo em geral, e o Brasil em particular, possuem da cultura lusa. Conforme aponta Boaventura de Sousa Santos, apesar de Portugal e os portugueses serem tidos por um país e um povo afáveis e sociáveis, as múltiplas manifestações da cultura lusitana são, de fato, pouco conhecidas fora de seu país de origem, e isto a despeito dos recorrentes fluxos migratórios, que em tese serviriam para disseminar esta cultura pelo mundo. O autor menciona relatos de viagem de diplomatas ingleses e franceses a Portugal durante os séculos XVI e XVII, e mostra como tais depoimentos em nada diferem da percepção destes mesmos indivíduos em relação às terras “selvagens e exóticas” das Américas ou do continente africano. Desenvolvendo ainda mais este argumento, Boaventura postula que mesmo os portugueses ignoram determinados aspectos de sua história e cultura, sendo, portanto, “o desconhecimento de Portugal, antes de tudo, um auto-desconhecimento” (Santos, 2006, p. 54).

As raízes históricas deste cenário podem residir em dois antecedentes que estão, em certa medida, inter-relacionados: em primeiro lugar, desde sua unificação no século XII até os dias atuais, raras foram as ocasiões em que Portugal se viu conduzido por regimes políticos de orientação liberal e/ou democrática, como a Monarquia Constitucional da segunda metade do século XIX ou o Governo Revolucionário do MFA, entre 1974 e 1975, de contornos vagamente socialistas. O predomínio de regimes de fundo conservador ou declaradamente autoritários, por sua vez, forneceu condições para que as relações entre as esferas administrativas, as elites intelectuais e o povo

¹⁵ No caso do embate Engajados *versus* Conformistas, há que se considerar o fato de também os Cantautores se encontrarem inseridos em um circuito de produção e consumo que passava pelo uso da mídia, e o discurso (neo) nacional-cançonetista, por sua vez, ser igualmente capaz de articular determinados sentimentos de identificação na vasta comunidade de migrantes residente no exterior.



fossem caracterizados tanto pela distância quanto pela ausência de um diálogo sistemático, para o que muito contribuiu a inexistência de uma classe média burguesa efetiva enquanto força política. Da mesma forma, a atmosfera conservadora atuou no sentido de frear o desenvolvimento técnico-científico, sobretudo das Ciências Sociais, vistas como potenciais ameaças à estabilidade política.

Tais discursos obscureceram, durante muito tempo, a chave de leitura mais adequada para a compreensão da cultura portuguesa contemporânea: sobretudo hoje, no contexto de sua entrada na União Europeia, Portugal se revela um *país de desenvolvimento intermediário*, ocupando uma *posição semi-periférica* na dinâmica dos fluxos globais. Analisar a conjuntura interna portuguesa, suas lógicas econômicas, políticas e culturais com o mesmo prisma utilizado para se escrutinar os países hegemônicos ou periféricos vai produzir, necessariamente, uma investigação sobre a sociedade lusa pela negativa, ou seja, a partir daquilo que ela *não* possui se comparada às que estão acima ou abaixo dela na hierarquia global.

O papel de intermediação desempenhado por Portugal no que diz respeito aos fluxos migratórios oriundos da América do Sul, África e Leste Europeu, e direcionados à Europa desenvolvida (Inglaterra, França e Alemanha), por exemplo, devem ser considerados tendo em vista a função de “fronteira” que o país desempenha nessa relação entre Centro e Periferia. As dinâmicas de trocas simbólicas e apropriações na esfera da produção e do consumo cultural e musical que porventura se estabeleçam entre Portugal e estes países devem ser enxergadas não a despeito destas questões, mas sim a partir delas.

À guisa de conclusão, proponho que consideremos a relação entre *formas tradicionais* e *quadros de modernidade*, na cultura portuguesa, como complementar e não-disruptiva, dinâmica esta própria de sociedades em que o discurso da tradição historicamente possui um peso determinante; ou seja, em vez de se constituir a partir de um rompimento radical com as formas ditas tradicionais, os elementos modernos seriam formados a partir de um diálogo, ora tenso ora consensual, com estas matrizes, numa relação dialógica entre passado(s) e presente(s), transformação e continuidade, entre desejos de ruptura e laços sedimentados pelo tempo.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Vera Marques. “A poesia dos simples”: arte popular e nação no Estado Novo. **Etnográfica** – revista do Centro de Estudos de Antropologia Social do ISCTE. Lisboa, v.1, n.11, maio 2007, p. 63-89.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BHABHA, Homi K.. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EdUSP, 1997.
- CORREIA, Mario. **Música popular portuguesa: um ponto de partida**. Coimbra: Centelha/Mundo da Canção, 1984.
- CORTESÃO, Jaime. **O que o povo canta em Portugal**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942.
- COSTA, Ricardo. **Do Pimba à música**. Disponível em <http://www.teiaportuguesa.com/lusografo/criticadopimbaamusica.htm>. Acesso em 14 dez. 2007.
- CUNHA, Eneida Leal. Tornar-se lusófono: histórias e contemporaneidade. In: MARGATO, Isabel (org.). **Figuras da lusofonia – Clarice Berardinelli**. Lisboa: Instituto Camões, 2002. p. 118-125.
- CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin. **Media e migrações: a produção e a recepção**. 2007. Palestra realizada em 31 jun. 2007, organizada pelo Núcleo de Pesquisa "Imagens, Metrôpoles, culturas juvenis" do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais (PUC-SP). São Paulo, 2007. Notas.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GOMES, Renato Cordeiro. Que faremos com esta tradição? Ou: Relíquias da casa velha. In: MARGATO, Isabel (org.). **Figuras da lusofonia – Clarice Berardinelli**. Lisboa: Instituto Camões, 2002. p. 126-141.
- HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, Jonathan. **Identity. Community. Culture**. London: Lawrence & Wishart, 1990.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003. p. 247-264.
- HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.



LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro & Imagem e miragem da lusofonia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, Tiago José Lemos. **De que vale o Terra à vista se o barco está parado? : uma reflexão sobre a trajetória midiática do pop/rock luso-brasileiro**. Trabalho apresentado na I Mostra de Mídia & Música (evento organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco). Recife, jan. 2008.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **História de Portugal** – desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcelo Caetano [volume 1]. Lisboa: Agora, 1973. p. 107-121.

RODRIGUES, Flávia. A safra de profissionais que está a chegar, ó pá! Brasil está na sua quarta leva de imigrantes portugueses. Desta vez, recebe executivos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 fev. 2008. Boa Chance, p. 1-3.

SANCHES, Andreia. Rita não gosta que lhe chamem fascista. **Público**, Lisboa, 15 abr. 2007. P2, p.4-6.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2006.

SECCO, Lincoln. **A revolução dos Cravos e a crise do império colonial português**. São Paulo: Alameda, 2004.

SETTI, Kilza. Música portuguesa, suas trajetórias e o Brasil. In: **Intelectuais e artistas portugueses do Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Americanos Fernando Pessoa, 1992. p. 113-122.

TINHORÃO, José Ramos. **Cultura popular: temas e questões**. São Paulo: 34, 2006 (2 ed.).

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.